

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PR2023.01/CLHO-05293

PARECER Nº 059/2023/CGM

UNIDADE EMITENTE: ASSESSORIA TÉCNICA

**EMENTA:** PR2023.01/CLHO-05293 – ASSUNTO GERAL: AQUISIÇÃO DE ITENS PARA ENXOVAL DE BEBÊ PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE COELHO NETO/MA. INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. ANÁLISE DA FASE INTERNA PELA CGM DE COELHO NETO-MA.

## I – RELATÓRIO

Vem a esta Controladoria Geral do Município o processo **PR2023.01/CLHO-05293**, interessado: Secretaria Municipal De Assistência Social E Cidadania, cujo objeto é **Contratação de empresa para fornecimento de itens de enxoval de bebê para atender às necessidades da Secretaria Municipal De Assistência Social E Cidadania do Município de Coelho Neto – MA**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para exame dos aspectos técnicos e formais da fase interna.

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Coelho Neto, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências abrangidas pela Lei Municipal nº 773, de 07 de março de 2022, especialmente no seu artigo 41, inciso I, que diz “*realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas*”, e os incisos X e IX, que preconizam respectivamente “*examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas pelo Município que derem origem à despesa*” e “*realizar auditorias técnicas e administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico*”, apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

## II – ANÁLISE

A análise realizada por esta unidade de controle interno municipal visa o controle e verificação da formalização dos atos. Assim, o aludido processo encontra-se instruído com as peças listadas na seção Formalização.

## II.I – FORMALIZAÇÃO

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no art. 38 da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e artigo 8º do Decreto 10.024/2019:

- Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número **PR2023.01/CLHO-05293**;
- Solicitação de abertura de licitação pela Secretaria Municipal Assistência Social e Cidadania contendo a justificativa para a contratação, a especificação do objeto e quantidades demandadas;
- Termo de Referência;
- Pesquisa de preços realizada através do Banco de Preços, com ressalvas apontadas pela Controladoria Geral do Município;
- Nova Pesquisa de Preço diretamente com fornecedores;
- Indicação de existência e fonte de recurso para a despesa (dotação orçamentária);
- Despacho da Controladoria Geral do Município pela continuidade;
- Autorização para contratação, aprovação do termo de referência e declaração de adequação orçamentária e financeira;
- Minuta do edital e anexos (Anexo I - Termo de referência, Anexo II – Modelo De Proposta de Preços, Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços e Anexo IV - Minuta de Contrato);
- Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 0047/2023, no qual aprova a minuta do edital e anexos;

## II.II – MODALIDADE ADOTADA

A modalidade adotada para a presente licitação foi PREGÃO ELETRÔNICO, versando o Parecer Jurídico nº 0047/2023 da Procuradoria Geral do Município sobre tal modalidade.

O pregão, possui regramento específico, tipificado na Lei nº 10.520/2002, em que descreve seu cabimento de acordo com a contratação. Assim aborda o artigo 1º da referida lei:

**Art. 1º** Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

**Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesta esteira, nos termos do dispositivo acima, a modalidade adotada está em conformidade com o regramento legal, por cumprir os requisitos do artigo. Por esta razão, não há impedimento acerca da escolha na modalidade da licitação.

### **II.III – MINUTA DO EDITAL**

Consoante a minuta do edital, previamente apreciado e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, consideramos como regular o cumprimento da exigência do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que determina “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**”.

No que diz respeito à minuta do edital e seus anexos, já apreciados pela Procuradoria no Parecer Jurídico nº 0047/2023, esta Controladoria em suas considerações, **solicita que o valor total dos itens 5 e 13, constantes no anexo I – Termo de Referência, sejam corrigidos.**

### **III - CONCLUSÃO**

Considerando todo o exposto, encaminho os autos para que sejam feitas as retificações necessárias afim de sanar a ressalva apontada na seção II.III deste parecer. Após as correções os autos deverão retornar à Controladoria Geral do Município para avaliação.

*É o parecer, salvo melhor juízo.*

Coelho Neto/MA, 07 de março de 2023

**Ana Clara Vieira Silva**  
**Coordenadoria Especial de Organização, Execução e Controle**  
**Portaria nº 105/2022**  
**Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA**